

## A C Ó R D ã O Nº 8.918

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 16.133.2012-60-TCE (C/ 02 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, exercício 2011.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor **José Maria Rodrigues**  
**RELATOR:** Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Divergência entre o saldo transferido para o exercício seguinte e aquele confirmado por meio dos extratos bancários. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Instauração de Tomada de Contas Especial.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **José Maria Rodrigues**, Prefeito à época, a **devolver** aos cofres da Municipalidade o valor de **R\$ 721.978,45** (setecentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), corrigidos monetariamente até o dia do efetivo depósito, em face da divergência verificada entre o saldo transferido para o exercício seguinte e aquele confirmado por meio dos extratos bancários; **2) aplicar multa** ao Senhor **José Maria Rodrigues**, Prefeito à época, no montante de **10%** (dez por cento) sobre todo o valor a ser devolvido, com fulcro no art. 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **3) aplicar multa** ao Senhor **José Maria Rodrigues**, Prefeito à época, com fulcro no inciso II do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em face de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; **4) instaurar Tomada de Contas Especial** para a conversão dos elementos de gestão aqui reunidos, para fins de imputação do débito, à falta dos comprovantes bancários dos registros apresentados, apurando, também, a base legal da despesa com os Agentes Políticos da Unidade, tudo com fulcro na LCE nº 38/93, art. 44; **5) encaminhar cópia** do processo à Augusta **Câmara Municipal** de Porto Acre, para julgamento das contas de Governo, aqui trazidas também como contas de gestão conforme art. 23, § 1º, da Constituição Estadual/89 e art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88; e **6) cientificar o Gestor** desta decisão. Após as formalidades de estilo, pelo

**(A C Ó R D ã O Nº 8.918 – FL. 02)**

arquivamento do processo”. Divergiu, em parte, o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro, que votou pela não aplicação da multa relativa aos atrasos dos recolhimentos de FGTS.....

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 05 de junho de 2014**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC